

ETIQUETA



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 871, de 2019

Elvino Bohn Gass

Autor

Partido
PT

1. _____ Supressiva 2. _____ Substitutiva 3. _____ Modificativa 4. X Aditiva

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se nova redação ao § 11 do Art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na redação dada pelo Art. 24 da Medida Provisória nº 871, de 18 de janeiro de 2019:

“Art. 24.....

“Art. 25.....

§ 11. Considera-se processo de beneficiamento ou industrialização artesanal aquele realizado diretamente pelo próprio produtor rural pessoa física, desde que o produto beneficiado ou industrializado seja não tributado, com incidência de alíquota zero, ou não esteja sujeito à incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda dá nova redação ao § 11 do artigo 25 da Lei n.º 8212/1991, de modo a não desenquadrar o agricultor familiar da condição de segurado especial, quando o mesmo fizer o beneficiamento ou industrialização artesanal da produção rural.

Pela regra do inciso VII do parágrafo 9º, do artigo 12 da Lei 8.212/91 o agricultor familiar não perde a condição de segurado especial caso beneficie ou industrialize a produção rural como pessoa jurídica. Mas, se o processamento da produção rural for feito enquanto pessoa física, haverá o desenquadramento da condição de segurado especial, caso o produto processado tenha incidência de IPI, por força do inciso V do § 9º, artigo 12 e do § 11 do artigo 25 ambos da Lei n.º 8.212/91.



Para corrigir tamanha distorção, propõe-se nova redação ao § 11 do art. 25 ambos da Lei n.º 8.212/91, de modo a preservar a condição de segurado especial do agricultor familiar pessoa física que beneficiar ou industrializar de forma artesanal a produção rural, desde que o produto beneficiado ou industrializado seja não tributado, com incidência de alíquota zero, ou não esteja sujeito à incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.

PARLAMENTAR

Deputado Elvino Bohn Gass



CD/19522.59032-15